

2.2. Medida de aperfeiçoamento da transparência  
Situções identificadas nas quais a implementação da orientação e/ou recomendação da Unidade de Auditoria Interna levou ao aperfeiçoamento da transparência da gestão pública.

2.3. Medida de aperfeiçoamento do controle social  
Situções identificadas nas quais a implementação da orientação e/ou recomendação da Unidade de Auditoria Interna levou ao aperfeiçoamento do controle social.

2.4. Medida de promoção de sustentabilidade ambiental  
Situções identificadas nas quais a implementação da orientação e/ou recomendação da Unidade de Auditoria Interna levou à promoção de sustentabilidade ambiental.

2.5. Medida de aperfeiçoamento da capacidade de gerir riscos e de implementação de controles internos

Situções identificadas nas quais a implementação da orientação e/ou recomendação da Unidade de Auditoria Interna levou ao aperfeiçoamento da capacidade de gerir em identificar e analisar os riscos inerentes às suas atividades finalísticas, assim como à melhoria dos controles internos de forma proporcional às fraquezas e ameaças.

2.6. Outras medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos programas/processos

Situções identificadas nas quais a implementação da orientação e/ou recomendação da Unidade de Auditoria Interna levou ao aperfeiçoamento da execução de programas ou processos, desde que não esteja classificada nos itens anteriores (de 2.1 a 2.5) e que a medida tenha sido sobre a causa do problema (estruturante) e não apenas para resolver questões pontuais.

2.7. Condenação criminal  
Condenações obtidas em qualquer esfera da justiça, desde que no âmbito penal e decorrentes de trabalhos da Unidade de Auditoria Interna.

2.8. Declaração de inidoneidade  
Empresas declaradas inidôneas pela Unidade de Auditoria Interna, desde que decorrente de trabalhos da Unidade de Auditoria Interna.

2.9. Demissão, cassação ou destituição  
Punições expulivas aplicadas pela Unidade de Auditoria Interna a servidores públicos do Poder Executivo Federal envolvidos com práticas ilícitas comprovadas, desde que decorrente de trabalhos da Unidade de Auditoria Interna.

2.10. Outras decisões civis e medidas administrativas ou correccionais  
Medidas administrativas ou correccionais adotadas por órgão ou entidade federal (Unidade de Auditoria Interna ou pela Unidade Gestora) e condenações obtidas em qualquer esfera da justiça, desde que não esteja no âmbito penal. Em ambos os casos, devem ser decorrentes de trabalhos da Unidade de Auditoria Interna.

## Conselho Nacional do Ministério Público

### PORTARIA Nº 75, DE 14 DE MAIO DE 2020

Altera o Anexo da Portaria CNMP-PRESI nº 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º semestre do exercício de 2020, e convoca a 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 130-A, I, da Constituição Federal, 12, IV, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e 3ª da Resolução nº 209, de 27 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria CNMP-PRESI nº 245, de 10 de dezembro de 2019, que institui o calendário de sessões ordinárias do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público para o 1º semestre do exercício de 2020, para cancelar a 8ª Sessão Ordinária, prevista para o dia 26 de maio de 2020, em razão da necessidade de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 2º Os Conselheiros ficam convocados para a 5ª Sessão do Plenário por Videoconferência de 2020, a ser realizada no dia 26 de maio de 2020, às 9h.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

## Ministério Público da União

### MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

#### SECRETARIA-GERAL

### PORTARIA Nº 570, DE 13 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 56, inciso XV do Regimento Interno Diretivo do MPF, alterado pela Portaria PGR/MPF nº 45, de 30/01/2019, e conforme consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.26.000.000986/2019-74, com base em Decisão (PGR-00147618/2020) que concedeu parcial provimento ao Recurso Administrativo interposto pela interessada, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica JC de Souza Aguiar Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 28.868.819/0001-94, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, c/c o item 10.1 do Pregão Eletrônico nº 02/2019 da Procuradoria da República em Pernambuco.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA

### PORTARIA Nº 572, DE 13 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, com fundamento no art. 56, inciso XV do Regimento Interno Diretivo do MPF, alterado pela Portaria PGR/MPF nº 45, de 30/01/2019, e conforme consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.26.000.001140/2019-51, com base em Decisão (PGR-00138309/2020) que concedeu parcial provimento ao Recurso Administrativo interposto pela interessada, resolve:

Art. 1º Aplicar à pessoa jurídica J C de Souza Aguiar Eireli, inscrita no CNPJ sob o nº 28.868.819/0001-94, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, e o consequente descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 1 (um) mês, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, c/c o item 10.1 do Pregão Eletrônico nº 03/2019 da Procuradoria da República em Pernambuco.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EITEL SANTIAGO DE BRITO PEREIRA

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL

### PORTARIA Nº 733, DE 14 DE MAIO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0300.0000958/2020-19, resolve:

Art. 1º Determinar, a contar de 15/05/2020, a alteração do status do 14º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 3ª Região para "ofício provido com designação vigente", bem como a recomposição do respectivo acervo.

Art. 2º A recomposição dar-se-á nos termos dos §§ 3º, 4º e 5º do art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

### PORTARIA Nº 745, DE 14 DE MAIO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXI do art. 91 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, considerando o disposto no inciso V do art. 26 da Resolução CSMPT nº 132/2016 e no inciso VIII do art. 2º do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014, bem como os dados e informações constantes do PGEA 20.02.0100.0001710/2020-78, resolve:

Art. 1º Determinar a alteração do status do 13º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região para ofício provido com designação suspensa, a contar de 06 de maio de 2020, durante o período de duração da licença para desempenho de mandato classista.

Art. 2º Determinar a alteração do status do 1º Ofício Geral da Procuradoria do Trabalho no Município de Palmas/PRT da 10ª Região para ofício provido com designação suspensa, a contar de 15 de maio de 2020, durante o período de duração da licença para desempenho de mandato classista.

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

## CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO 2ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

### PAUTA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 20/05/2020

Hora: 14:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Recursos administrativos

Processo IC-001323.2016.17.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: BRASIGRAN BRASILEIRA DE GRANITOS LTDA, NOTICIANTE: ELIEZER RIBEIRO DE OLIVEIRA - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado.

Processo IC-000944.2018.19.000/5 - Assunto: 3.CONAFRET, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CENTRAL AÇUCAREIRA USINA SANTA MARIA S.A., NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO, NOTICIANTE: PRT 6ª REGIÃO - Relatora: Dra. Adriana Silveira Machado.

Processo IC-001799.2017.19.000/5 - Assunto: 4.CONAP, 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: INQUIRIDO: CEMITÉRIO NOSSA SENHORA MÃE DO POVO, NOTICIANTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM ALAGOAS - SRTE/AL - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo NF-008062.2019.02.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ESPETOS BAR & RESTAURANTE LTDA ( NOZ MOSCADA ESPETOS), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo NF-003466.2019.04.000/7 - Assunto: 7.COORDINFÂNCIA - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, NOTICIADO: NÃO IDENTIFICADO ( NF 3466.2019) - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

Processo IC-000235.2019.05.006/4 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: BANCO SANTANDER BRASIL S/A, NOTICIANTE: SIGILOSO. - Relatora: Dra. Virginia Maria Veiga de Senna.

II - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-000493.2017.01.004/7, IC-004541.2018.01.000/8, IC-004572.2018.01.000/2, IC-000003.2018.01.005/9, IC-006019.2016.01.000/9, IC-006214.2018.01.000/0, IC-004619.2019.01.000/1, PP-005387.2019.01.000/1, IC-000460.2019.01.001/9, IC-001651.2020.01.000/5, NF-000190.2020.01.001/5, NF-000196.2020.01.001/3, NF-000070.2020.01.002/6, IC-001135.2012.01.000/9, IC-000061.2016.01.004/6, IC-000002.2020.01.000/6, IC-001156.2020.01.000/6, NF-001677.2020.01.000/0, NF-000189.2020.01.001/5 - PRT 2ª Região-SP - IC-000282.2015.02.004/3, IC-000685.2018.02.001/0, IC-008047.2019.02.000/0, PP-00068.2020.02.000/5, NF-001072.2020.02.000/0, NF-001148.2020.02.000/1, NF-001373.2020.02.000/8, NF-001739.2020.02.000/4, NF-001850.2020.02.000/5, NF-001906.2020.02.000/3, NF-001960.2020.02.000/9, NF-002041.2020.02.000/4, IC-000486.2016.02.001/5, NF-001603.2018.02.000/7, IC-005944.2018.02.000/2, PP-006984.2019.02.000/8, IC-001243.2019.02.002/1, NF-000822.2020.02.000/5, NF-000879.2020.02.000/6, NF-001056.2020.02.000/0, NF-001572.2020.02.000/7, NF-001754.2020.02.000/0, NF-001758.2020.02.000/1, NF-001805.2020.02.000/0, NF-000137.2020.02.002/9, IC-001349.2018.02.000/3, IC-004725.2018.02.000/2, IC-004565.2019.02.000/5, IC-005582.2019.02.000/0, PP-007047.2019.02.000/1, NF-001230.2019.02.002/9, NF-001517.2020.02.000/6, NF-001888.2020.02.000/8, NF-002102.2020.02.000/1, NF-000076.2020.02.002/2 - PRT 3ª Região-MG - IC-000484.2017.03.009/4, IC-001607.2019.03.000/1, PP-0002916.2019.03.000/2, IC-000688.2019.03.001/4, IC-004557.2018.03.000/9, IC-000884.2018.03.001/2, IC-001445.2019.03.000/1, IC-002507.2019.03.000/2, IC-000010.2019.03.001/9, PP-000824.2019.03.001/1, NF-000052.2020.03.000/6, IC-000162.2020.03.000/9, NF-000093.2020.03.006/7, NF-000012.2020.03.010/5, IC-000810.2016.03.001/0, IC-000500.2017.03.001/1, IC-000922.2018.03.001/4, NF-004915.2019.03.000/3, IC-000431.2019.03.001/7, PP-000720.2019.03.002/9, NF-000097.2020.03.000/5, IC-000877.2020.03.000/5, NF-000188.2020.03.001/2, NF-000068.2020.03.009/4 - PRT 4ª Região-RS - IC-004160.2017.04.000/6, IC-000152.2017.04.004/8, IC-001810.2018.04.000/2, PP-000096.2020.04.000/7, NF-000914.2020.04.000/9, NF-000080.2020.04.002/7, IC-001086.2017.04.000/0, IC-001313.2018.04.000/3, PP-004327.2018.04.000/6, NF-000096.2020.04.002/9, IC-001984.2016.04.000/2, IC-003498.2017.04.000/2, PP-000432.2018.04.000/5, IC-000567.2018.04.006/9, IC-000215.2019.04.001/3, PP-000280.2019.04.002/4, IC-000035.2019.04.008/6, NF-000525.2020.04.000/3, NF-000999.2020.04.000/9, IC-000058.2020.04.002/0 - PRT 5ª Região-BA - IC-000002.2018.05.004/2, IC-000112.2019.05.001/8, IC-000369.2019.05.004/8, NF-000036.2020.05.000/4, NF-000383.2020.05.000/0, NF-000423.2020.05.000/4, NF-002633.2019.05.000/9, NF-002763.2019.05.000/5, NF-000397.2020.05.000/2, NF-000014.2020.05.000/3, NF-000800.2020.05.000/3, NF-000003.2020.05.003/7 - PRT 6ª Região-PE - IC-000545.2019.06.000/2, NF-000658.2020.06.000/6, NF-000941.2020.06.000/9 - PRT 7ª Região-CE - IC-000072.2017.07.001/9, IC-000951.2018.07.000/0, IC-001336.2018.07.000/6, IC-000292.2018.07.001/6, IC-000002.2013.07.002/1, IC-000098.2018.07.000/1, IC-000265.2018.07.001/3, NF-

